



Município de Santa Maria do Oeste

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 95.684.544/0001-26

Rua Jose de França Pereira, nº 10 - CEP.: 85.230-000- Fone/Fax: (042) 3644-1359



Ao

Departamento de Compras e Licitação

Santa Maria do Oeste - PR, 07 de novembro de 2025.

Assunto: Aditivo de Contrato

Ref. Contrato nº 140/2024

A Secretaria Municipal de Urbanismo vem pelo presente solicitar e este departamento a realização de aditivo de execução e vigência referente ao contrato 140/2024 que tem como objeto a "PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE (CBUQ) NO CONJUNTO HABITACIONAL ESTRELA DO OESTE, COMPOSTO PELA RUA LUCILA AGNES, RUA ATAIDE DE PAULA, RUA AMADEUS MARCONDES PEREIRA E RUA PEDRO SLITALSKI, COM ÁREA DE 3.939,05 M²".

O aditivo se faz necessário devido a necessidade de dar continuidade com a execução da sinalização viária e execução de calçadas, bem como tempo necessário para realização das medições e prestação de contas final, levando em conta o atraso na entrega de tintas para realização da sinalização e conclusão das calçadas.

Desta forma, solicitamos prorrogação do prazo de execução e de vigência em 120 dias a contar da data de vencimento.

Atenciosamente.

Elias Delgado

Secretário Municipal de Urbanismo



Município de Santa Maria do Oeste

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ: 95.684.544/0001-26



Rua Jose de França Pereira, nº 10 - CEP.: 85.230-000- Fone/Fax: (042) 3644-1359

PARECER TÉCNICO

CONTRATO: 140/2024

CONTRATADA: PAVILLUZZO PAVIMENTAÇÃO LTDA – CNPJ. 82.570.342/0001-01.

OBJETO: PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE (CBUQ) NO CONJUNTO HABITACIONAL ESTRELA DO OESTE, COMPOSTO PELA RUA LUCILA AGNES, RUA ATAIDE DE PAULA, RUA AMADEUS MARCONDES PEREIRA E RUA PEDRO SLITALSKI, COM ÁREA DE 3.939,05 M².

ASSUNTO: Prorrogação de prazo de execução e vigência.

Este parecer técnico tem a finalidade exclusiva para análise da solicitação quanto a prorrogação do prazo de vigência do contrato.

Considerando a necessidade de dar continuidade com a execução da sinalização viária e execução de calçadas, bem como tempo necessário para realização das medições e prestação de contas final, levando em conta o atraso na entrega de tintas para realização da sinalização e conclusão das calçadas, o parecer é FAVORÁVEL para a prorrogação do prazo de vigência em 120 dias a contar da data de vencimento do contrato.

Sem mais para o momento, este é o parecer.

Santa Maria do Oeste, 07 de novembro de 2025.


Bruno Cesar de Campos
Engenheiro Civil CREA-PR 171.596/D

OFICIO Nº 59/2025

**TERMO ADITIVO DE PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA Nº 01/2024 AO
CONTRATO Nº 140/2024**

CONTRATANTE: Município de Santa Maria do Oeste – PR

CONTRATADA: Pavilluzzo Pavimentação Ltda – CNPJ nº 82.570.342/0001-01

OBJETO: Execução de obra referente à CR08/2024

DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto a **prorrogação do prazo de execução e vigência** do Contrato nº 140/2024, firmado entre as partes, que tem como objeto a execução de obra referente à **CR08/2024**.

DA JUSTIFICATIVA

A prorrogação ora solicitada decorre de fatores alheios à vontade da contratada, sendo:

- **Atraso na entrega das tintas** necessárias para a **finalização da sinalização viária**, ocasionado por problemas logísticos junto aos fornecedores;
- **Execução das calçadas e serviços de urbanização**, etapas complementares que demandam tempo adicional para conclusão adequada, mantendo o padrão técnico e a qualidade exigida pela fiscalização.

Tais motivos justificam a necessidade de ampliação do prazo contratual.

Solicitamos o **prazo de execução por mais 120 (cento e vinte) dias corridos**, contados a partir do término do prazo anteriormente vigente, permanecendo inalteradas as demais cláusulas e condições contratuais.

Atenciosamente,

Tomazina, 03 de novembro de 2025.

DIENARO PIETROBELLI
DELLAI:06483923929

Assinado de forma digital por
DIENARO PIETROBELLI
DELLAI:06483923929
Dados: 2025.11.03 17:32:23 -03'00'

PAVILLUZZO PAVIMENTAÇÃO – LTDA
C.N.P.J. Nº 82.570.342/0001-01
Dienaro Pietrobelli Dellai
CPF nº 064.839.239-29
RG nº 709.212.789-8 SESP-RS



GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Para: Setor de Licitação

Preliminarmente, recebo o requerimento da Secretaria Municipal de Urbanismo referente ao aditivo de prazo de Vigência e Execução no Contrato Administrativo n.º 140/2024.

Assim o presente processo deverá tramitar:

- 1) Assessoria Jurídica para a elaboração de parecer.
- 2) Após retorne ao Gabinete para manifestação.

Santa Maria do Oeste-Pr, 02 de dezembro de 2025.

Atenciosamente

OSCAR DELGADO
Prefeito Municipal



PARECER JURÍDICO

"O parecer facultativo é um ato opinativo que não vincula a Administração Pública ou os seus administrados, podendo esses segui-lo para melhor fundamentar suas decisões ou ignorá-lo, pois, não estão vinculados a conclusão exarada pelo parecerista".

Trata o presente parecer da análise jurídica, quanto a **SOLICITAÇÃO E REQUERIMENTO**, apresentado pela Empresa **PAVILLUZZO PAVIMENTAÇÃO LTDA.**, em data de 03 de novembro de 2025 e da Secretaria Municipal de Viação, Sr. Elias Schreiner, em data de 07 de Outubro de 2025, fls. 303, e da Empresa fls. 305, posteriormente as suas **RAZÕES** apresentadas, referente ao Processo Licitatório nº **086/2024**, Concorrência nº **008/2024** e Contrato Administrativo nº **140/2024**, pelas referidas Empresas, em fase de procedimento para a **"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAR PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE (CBUQ), NO CONJUNTO HABITACIONAL ESTRELA DO OESTE, COMPOSTO PELAS RUAS LUCILA AGNES, ATAIDE DE PAULA, E AMADEUS MARCONDES PEREIRA E RUA PEDRO SLITASKI, COM ÁREA DE 3.939,05 M2, CONFORME CONVÊNIO 965292/2024, CUJA OBRA DEVERÁ SER REALIZADA DE ACORDO COM A PLANILHA E DENAIS PROJETOS, NO MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DO OESTE-PR."**

Tal solicitação protocolada pela Secretaria, em data de 07 de Novembro de 2025, conforme justificativas exaradas, e é realizada, considerando e buscando a prestação de serviços públicos, onde o desencadeamento de um novo procedimento somente dificultaria a continuidade dos serviços, e sendo que a empresa supracitada já tem contrato de contratação com a administração, e como em sua justificativa que possui saldo remanescente ainda. Juntou-se Parecer favorável do Depto. de Engenharia da Prefeitura, fls. 304. Tal solicitação foi deferida pelo Chefe do Executivo, em data de 02 de Dezembro de 2025.

**É o breve relatório passa-se a análise e ao Parecer:**

Compulsando os autos e sopesando a matéria desenhada, entende-se esta Assessoria Jurídica pelo conhecimento e provimento da presente Solicitação.

O art. 3º da Lei de Licitações preleciona que tanto a Administração Pública como os interessados ficam obrigados à observância dos termos e condições previstos no Edital e no Contrato.

De acordo com nossa doutrina Pátria, aqui representada por Hely Lopes Meirelles, todo contrato administrativo é passível de prorrogação, senão vejamos; ***“Toda e qualquer modalidade de contrato administrativo comporta prorrogação, atendidos os requisitos que acabamos de enunciar, a previsão de recursos orçamentários e as exigências peculiares de cada ajuste, expressos em suas cláusulas ou contidos no regulamento do serviço.”*** (MEIRELLES, Hely Lopes, Dir. Administrativo. Editora Malheiros. São Paulo 2002. Pág. 227.)

A teoria da imprevisão consiste no reconhecimento de que eventos novos, imprevistos e imprevisíveis pelas partes e a elas não imputáveis, refletindo sobre a economia ou a execução do contrato, autorizam a sua revisão para ajustá-lo às circunstâncias supervenientes. É a aplicação da velha cláusula *rebus sic stantibus* aos contratos administrativos, a exemplo do que ocorre nos ajustes privados, a fim de que sua execução se realize sem a ruína do contratado, na superveniência de fatos não cogitados pelas partes, criando ônus excessivo para uma delas com vantagem desmedida para a outra.

Por sua vez o art. 124, da Lei 14.133/2021, assim dispõe:”
Art. 124.- Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos: II- por acordo entre as partes: letra “d”- para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em



caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato.”

De acordo com a cláusula sexta do Contrato Administrativo nº 140/2024, fica prorrogado por 120 (cento e vinte) dias, o prazo de vigência, com início em 11 de dezembro de 2025 e término em 10 de abril de 2026. PERMANECENDO OS DEMAIS DISPOSIÇÕES CONTRATUAIS INALTERADAS.

Portanto, considerando a identificação dos serviços objeto do presente contrato, que enquadra-se como de natureza contínua, e sua permanência vem de encontro à necessidade pública a ser satisfeita, plenamente justificado esta o presente aditivo, com base legal no art. 124, II, d, da lei 14.133/2021.

Assim, no desempenho da função de assessoramento deste órgão jurídico, cumpre-nos alertar à autoridade Administrativa sobre a importância da devida motivação de seus atos, na medida em que recairá sobre esta a responsabilidade acerca da oportunidade e conveniência na escolha do objeto e do seu planejamento quantitativo.

CONCLUSÃO

Pelo exposto, restrita aos aspectos jurídico-formais, esta Assessoria Jurídica manifesta-se pela viabilidade jurídica do **1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 140/2024**, com a Empresa **PAVILLUZZO PAVIMENTAÇÃO LTDA.**, desde que observadas às recomendações delineadas no presente opinativo, com a publicação do extrato, no diário oficial do Município, visando o atendimento do princípio da publicidade, permitindo a todos o exercício democrático do controle e da fiscalização dos atos de gestão da *res pública*.



Salienta-se que o presente Parecer tomou por base, exclusivamente, os elementos que constam, até a presente data, nos autos do processo administrativo em epígrafe. Destarte, incumbe, a esta Assessoria, prestar assessoria sob o prisma estritamente jurídico, não lhe competindo adentrar à conveniência e à oportunidade dos atos praticados, nem analisar aspectos de natureza eminentemente técnico-administrativas.

À consideração superior.

S.M.J. É o Parecer.

Santa Maria do Oeste-Pr, 02 de Dezembro de 2025.


ÉDER JOSÉ SEBRENSKI
Assessor Jurídico



DESPACHO

Considerando as informações e pareceres contidos no presente procedimento **AUTORIZO** o Primeiro Termo Aditivo no Contrato Administrativo n.º 140/2024, com base no Art. 124, da Lei 14.133/2021, mediante as cláusulas e disposições seguintes:

Encaminhe-se ao Departamento de Licitação e Contratos.

Santa Maria do Oeste-Pr, 02 de dezembro de 2025.

OSCAR DELGADO

Prefeito Municipal

**1º TERMO ADITIVO****CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 140/2024**

De um lado, o **MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DO OESTE**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua José de França Pereira, 10 – Santa Maria do Oeste – PR inscrito no CGC/MF sob n. 95.684.544/0001-26, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. **OSCAR DELGADO**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade n.º 6.296.081-7, e inscrito no C.P.F. n.º 701.594.329-87, residente e domiciliado na Rua João Kulicz, 155, Jardim Santa Clara, nesta cidade, e que aqui passa a denominar-se de **CONTRATANTE**, e de outro lado **PAVILLUZZO PAVIMENTAÇÃO LTDA**, inscrita no CNPJ sob o Nº 82.570.342/0001-01, com sede na GLB BANCO DE AREIA- PEDREIRA FAZENDA CRISTALINA, s/n Município Tomazina/PR, neste ato representado pelo Sr. **DIENARO PIETROBELLI DELLAI**, portador do CPF: 064.839.239-29 e no RG 7092127898, e que aqui passa a denominar-se de **CONTRATADA**, resolvem aditar o contrato original de acordo com o disposto no Art. 124, da Lei 14.133/2021, Inciso II, Letra d, mediante as cláusulas e disposições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto prorrogar o prazo de vigência e execução de que trata a Cláusula Sexta do Contrato Administrativo nº. 140/2024.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA: O Prazo de vigência de que trata a Cláusula 6ª, fica prorrogado por 120 (cento e vinte) dias, com início em **11 de dezembro de 2025** e término em **10 de abril 2026**.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO: O Prazo de execução de que trata a Cláusula 7ª, fica prorrogado por 120 (cento e vinte) dias, com início em **03 de dezembro de 2025** e término em **02 de abril 2026**.

CLÁUSULA QUARTA: Permanecem inalteradas as demais condições e cláusulas do contrato original celebrado em 11 de dezembro de 2024, não modificadas por este instrumento, declarando-se nesta oportunidade a ratificação das mesmas.

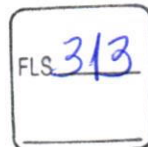
E por estarem de acordo, os partícipes firmam o presente aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Santa Maria do Oeste, 02 de dezembro de 2025



MUNICIPIO DE SANTA MARIA DO OESTE — ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 95.684.544/0001-26



RUA JOSE DE FRANÇA PEREIRA, N° 10 - CEP.: 85.230-000 - FONE/FAX: (042) 3644-1238

OSCAR DELGADO
Prefeito Municipal

DIENARO
PIETROBELLI
DELLAI:06483923929

Assinado de forma digital por
DIENARO PIETROBELLI
DELLAI:06483923929
Dados: 2025.12.02 13:11:27 -03'00'

PAVILLUZZO PAVIMENTAÇÃO LTDA

Testemunhas

Andreia Kaviak
RG: 13.498.652-2
CPF: 101.862.579-88

Fernando Lopes
RG: 7.605.179-8
CPF: 033.183.689-03

FLS. 314

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO OESTE

LICITAÇÃO
1º TERMO ADITIVO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 140/2024

De um lado, o **MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DO OESTE**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua José de França Pereira, 10 – Santa Maria do Oeste – PR inscrito no CGC/MF sob n. 95.684.544/0001-26, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. **OSCAR DELGADO**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade n.º 6.296.081-7, e inscrito no C.P.F. n.º 701.594.329-87, residente e domiciliado na Rua João Kulicz, 155, Jardim Santa Clara, nesta cidade, e que aqui passa a denominar-se de **CONTRATANTE**, e de outro lado **PAVILLUZZO PAVIMENTAÇÃO LTDA**, inscrita no CNPJ sob o N.º 82.570.342/0001-01, com sede na GLB BANCO DE AREIA-PEDREIRA FAZENDA CRISTALINA, s/n Município Tomazina/PR, neste ato representado pelo Sr. **DIENARO PIETROBELLI DELLAI**, portador do CPF: 064.839.239-29 e no RG 7092127898, e que aqui passa a denominar-se de **CONTRATADA**, resolvem aditar o contrato original de acordo com o disposto no Art. 124, da Lei 14.133/2021, Inciso II, Letra d, mediante as cláusulas e disposições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto prorrogar o prazo de vigência e execução de que trata a Cláusula Sexta do Contrato Administrativo n.º. 140/2024.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA: O Prazo de vigência de que trata a Cláusula 6ª, fica prorrogado por 120 (cento e vinte) dias, com início em **11 de dezembro de 2025** e término em **10 de abril 2026**.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO: O Prazo de execução de que trata a Cláusula 7ª, fica prorrogado por 120 (cento e vinte) dias, com início em **03 de dezembro de 2025** e término em **02 de abril 2026**.

CLÁUSULA QUARTA: Permanecem inalteradas as demais condições e cláusulas do contrato original celebrado em 11 de dezembro de 2024, não modificadas por este instrumento, declarando-se nesta oportunidade a ratificação das mesmas.

E por estarem de acordo, os partícipes firmam o presente aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Santa Maria do Oeste, 02 de dezembro de 2025

OSCAR DELGADO	
Prefeito Municipal	PAVILLUZZO PAVIMENTAÇÃO LTDA
Testemunhas	
Andreia Kaviak	Fernando Lopes
RG: 13.498.652-2	RG: 7.605.179-8
CPF: 101.862.579-88	CPF: 033.183.689-03

Publicado por:
Andreia Kaviak
Código Identificador:35DC3FB7

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 03/12/2025. Edição 3419
A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:
<https://www.diariomunicipal.com.br/amp/>